

Ficha da Acção

Designação CAF Educação - Modelo de Auto-Avaliação

Região de Educação **Área de Formação** A ☐ B ☒ C ☐ D ☐

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Curso de Formação

Duração

Nº Total de horas 60 Nº de Créditos 2.4

Cód. Área B01 Descrição Administração Educacional,

Cód. Dest. 15 Descrição Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Dest. 50% Descrição

Reg. de acreditação (ant.) CCPFC/ACC-81134/15

Anexo A

A preencher nas modalidade de Curso, Módulo, DSES e Seminário

Razões justificativas da acção e a sua inserção no plano de actividades da entidade proponente

A Lei 31/2002 de 20 de Dezembro aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Em 2008, veio o Decreto-Lei nº 75/2008 relativo à autonomia, administração e gestão das Escolas, reforçar a referida metodologia, instituindo o relatório de auto-avaliação enquanto instrumento de autonomia e de prestação de contas referente à concretização dos objectivos do projeto educativo.

A implementação de modelos de auto-avaliação CAF – Common Assessment Framework, permite o recurso aos modelos específicos da qualidade desenhados para a Administração Pública Europeia, posicionando as Escolas, através da CAF Educação, no “estado de arte” da qualidade em serviços públicos e no acesso a uma rede vasta de partilha de experiências europeias, mediante o EIPA – European Institute for Public Administration.

A pertinência do presente projeto formativo centra-se no

desenvolvimento de um Sistema da Qualidade que represente a estratégia organizacional dos Agrupamentos / Escolas participantes na adopção nos princípios transversais de uma Cultura da Qualidade, considerando as atuais referências nos domínios de atuação e mudança das Organizações da Administração Pública.

Mediante os instrumentos de auto-avaliação instituídos pelo Modelo Europeu da Administração Pública – CAF-Educação pretende-se desenvolver o diagnóstico de desempenho organizacional e instituir uma ferramenta de gestão específica do sector público de forma a construir projetos de mudança sustentados, desenvolvendo uma cultura de serviço público orientado para a comunidade educativa.

Objectivos a atingir

- ? Adquirir conhecimentos técnicos gerais nas metodologias e instrumentos da gestão da qualidade e excelência organizacional em integração com as estratégias de Public Governance;
- ? Adquirir conhecimentos técnicos específicos na metodologia de auto-avaliação com base nos critérios CAF Educação;
- ? Garantir o desenvolvimento do diagnóstico do desempenho organizacional visando a identificação das oportunidades de melhoria;
- ? Melhorar as competências de liderança, comunicação, planeamento e coordenação em alinhamento com a estratégia organizacional, constituindo um suporte para o processo de decisão e melhoria.

Conteúdos da acção

- As Estratégias da Qualidade em Serviços Públicos: Os principais referenciais da Qualidade adoptados pelos Serviços Públicos - 6 horas
- CAF-Educação: Estrutura Comum de Auto-Avaliação na Educação: Os critérios da auto-avaliação das Escolas em contexto Europeu - 24 horas
- CAF: Instrumentos de Auto-Avaliação: A metodologia de um processo de auto-avaliação e instrumentos associados: 30m horas

30h

5d

Metodologias de realização da acção

- ? Método Pedagógico: Afirmativo com recurso a exercícios, análise de casos, prática simulada e prática em contexto de trabalho.
- ? Prática em contexto de trabalho: O formador/a acompanha os formandos no posto de trabalho utilizando métodos ativos de demonstração das metodologias e aplicação de instrumentos/ferramentas de trabalho. Apoia a equipa na definição dos seus papéis, tarefas e responsabilidades

Regime de avaliação dos formandos

A avaliação é quantitativa, na escala de 1 a 10, obedecendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de Novembro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/93, de 20 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 274/94, de 28 de Outubro pelo Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 155/99, de 10 de Maio e pelo

Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro), atento também ao esclarecimento das Cartas-Circular do CCPFC 1/2007 de Fevereiro e 3/2007 de Setembro, tendo em conta os seguintes critérios: Assiduidade (10%); Participação/Trabalho Desenvolvido (40%); Reflexão Crítica/Relatório Final (50%).

Processo

Data de recepção 09-03-2015 **Nº processo** 87708 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-82068/15

Data do despacho 09-03-2015 **Nº ofício** 2625 **Data de validade** 09-03-2018

Estado do Processo C/ Despacho - Acreditado